



A Igreja Católica e o Futuro da Europa

Para o Cardeal Ratzinger não se pode falar na Europa como uma noção geográfica, porque se trata de um “conceito cultural e histórico”. Na sua narrativa, um exemplo de erudição que parte de Heródoto para chegar a Arnold Toynbee, a história da Europa é uma sucessão de rupturas políticas, religiosas e institucionais.

O texto do Cardeal Joseph Ratzinger - *Radici spirituali dell'Europa: ieri, oggi e domani*¹ - é um ensaio admirável sobre a essência da Europa, escrito no contexto específico do debate sobre o preâmbulo do Tratado Constitucional da União Europeia, em que o Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé se empenha em demonstrar, com uma branda ironia, que seria mais do que levemente absurdo querer fixar os termos de identidade da Europa omitindo qualquer referência à religião cristã. O ensaio, demasiado

denso e complexo para poder ser resumido, suscita um comentário sobre três questões : a narrativa histórica da Europa, os valores constitutivos da sua identidade e as profecias sobre o seu devir.

A história diplomática regista uma pequena frase do Príncipe de Bismarck sobre a Europa - “Qui parle Europe à tort: notion géographique”. Para o Cardeal Ratzinger, pelo contrário, não se pode falar na Europa como uma noção geográfica, porque se trata de um “conceito cultural e histórico”. Na sua narrativa, um exemplo de erudição que parte de Heródoto para chegar a Arnold Toynbee, a história da Europa é uma





sucessão de rupturas políticas, religiosas e institucionais.

A primeira ruptura marcou a cisão entre Roma e Bizâncio, entre o império ocidental e o império oriental, de que resultou o declínio irreversível da unidade política e institucional da Europa, que ainda não existia como tal, a não ser na forma da deusa asiática que atravessou o mar para unir o Oriente e o Ocidente, antes do império romano integrar os três continentes – Europa, Ásia, África - nas margens do Mediterrâneo.

O império romano, herdeiro da tradição clássica grega e fundador da primeira civilização europeia, dividiu-se para dar origem a duas religiões, a dois modelos políticos e a duas Europas. A separação entre a Igreja romana e a Igreja ortodoxa correspondeu a uma diferenciação fundamental na forma da relação entre as autoridades seculares e as autoridades sagradas. Na regra ocidental, a divisão entre o Imperador e o Papa representou uma forma de reconhecer as virtudes da separação de poderes e os malefícios da sua concentração, por oposição à regra oriental, onde o chefe do Estado é também o chefe religioso. Essa cisão é inseparável da divisão entre a Europa Ocidental, onde se reconstituiu um Sacro Império, e a Rússia, que se definiu a si própria como a “Terceira Roma”, herdeira da autocracia bizantina.

A segunda ruptura marcou a cisão entre Católicos e Protestantes e entre a Europa Latina e a Europa Germânica. Essa divisão, de certo modo, reproduziu-se nas colónias europeias do Novo Mundo e prolongou-se numa separação ulterior entre a Europa e os Estados Unidos, entre uma “igreja de Estado”, a forma típica do cristianismo europeu, e as “igrejas livres”, que se refugiaram na América do Norte. A clivagem entre a Europa Latina e a Europa Germânica acentuou-se quando o modelo do Estado secular, que remetia a religião para a esfera privada, se tornou dominante nos países católicos, onde reforçou a tradição autoritária, enquanto, nos países protestantes, o reconhecimento das afinidades electivas entre os valores morais da religião cristã e os valores liberais da filosofia iluminista consolidou a tradição constitucional. Nos Estados Unidos, a definição constitucional da separação rigorosa entre o Estado e as Igrejas coexistiu, desde início, com o consenso liberal dominante entre os Protestantes e o peso impressionante das “igrejas livres” na esfera pública.

A terceira ruptura marcou a cisão entre a Igreja Católica e o Estado secular, que se iniciou com a Revolução Francesa e se transformou, de uma forma dramática, durante o século XX, num afrontamento existencial entre as igrejas cristãs e os totalitarismos, que se quiseram impor como “religiões seculares”². Entre a ordem do cristianismo e os valores da liberdade, por um lado, e a rejeição nihilista da moral e da autonomia individual, por outro lado, o corte foi e só poderia ser absoluto. Na fórmula do Cardeal Ratzinger, “O indivíduo não conta para nada quando o futuro se torna a única e terrível divindade”. No século passado, os valores cristãos e ocidentais prevaleceram contra o nazismo e o comunismo, mas a herança dos totalitarismos é “a dissolução do reconhecimento de valores morais intangíveis”, que pode levar à “auto-destruição da consciência europeia”³.

A Europa – o Ocidente - define-se pela sua história e pelos seus valores. Martin Wight, o fundador da Escola Inglesa de Relações Internacionais, resumia esses valores como a

liberdade e a realização individual : “A história da civilização ocidental é vista como o desenvolvimento e a organização da liberdade na forma do governo constitucional, que descende de Aristóteles, de Tomás de Aquino, de John Locke e dos *Founding Fathers* dos Estados Unidos”⁴.

Nessa mesma linha, o Cardeal Ratzinger defende que “a dignidade humana e os direitos humanos devem ser apresentados como valores que precedem toda e qualquer jurisdição do Estado”. A legitimidade das instituições políticas nas democracias ocidentais modernas depende, no essencial, da sua credibilidade como garante desses direitos. A memória viva dos horrores do nazismo e das suas políticas raciais asseguram que “praticamente ninguém nega a precedência da dignidade humana e dos direitos humanos”. Os valores “da dignidade do homem, da liberdade, da igualdade e da solidariedade, com a afirmação da democracia e do estado de direito, implicam uma imagem do homem, uma escolha moral e uma ideia do direito que não são de todo óbvias e representam factores fundamentais da identidade da Europa”. Todos podem reconhecer, de boa fé, que a tradição da liberdade e do direito é uma tradição ocidental e parte integrante dos valores cristãos. A comunidade política deve reconhecer a sua precedência na própria medida em que a liberdade e os direitos humanos são a sua razão de ser.

Esses valores estão, mais uma vez, a ser postos em causa. As democracias pluralistas são os garantes dos direitos das minorias, mas a multiplicação desses direitos colectivos pode banalizar e desvalorizar os direitos primordiais do indivíduo: a liberdade e a dignidade humana são valores essenciais que não se devem subordinar a nenhuns outros. A deriva multiculturalista ameaça a coesão das sociedades abertas, sobretudo quando as tentativas de conter os riscos de violência prejudicam a necessidade de impor às minorias os deveres de respeito pela lei geral. O princípio de igualdade das instituições religiosas é relevante para o exercício da liberdade de religião e de culto, que, de resto, só existe nas democracias pluralistas de tipo ocidental, mas não pode significar um falso igualitarismo em que a religião indispensável para definir a identidade do país é posta ao mesmo nível de outras religiões na sua relação com o Estado.

A separação entre a Igreja e o Estado faz parte da definição da identidade ocidental. O Cardeal Ratzinger evoca a carta do Papa Gelásio I ao Imperador Anastásio para situar o momento fundador dessa tradição. No nosso tempo, essa regra é praticada tanto pelo Estado secular, como pelas igrejas cristãs, e representa um traço distintivo importante entre a

Todos podem reconhecer, de boa fé, que a tradição da liberdade e do direito é uma tradição ocidental e parte integrante dos valores cristãos. A comunidade política deve reconhecer a sua precedência na própria medida em que a liberdade e os direitos humanos são a sua razão de ser

DOSSIER

civilização ocidental e as civilizações islâmicas. Na Europa, e no Ocidente como um todo, a secularidade do Estado moderno tende a deixar de ser assumida como uma ideologia anti-religiosa e anti-clerical, acompanhando o movimento paralelo das religiões cristãs que desistiram do Estado e dos partidos confessionais. No final do século XX, o conjunto dos Estados europeus e ocidentais, de maioria católica ou protestante, passaram a ser democracias pluralistas que não só se subordinam ao primado da liberdade e do direito, como reconhecem, formalmente, as igrejas cristãs como parte integrante do espaço público. Esse reconhecimento é obtido de modos distintos em cada um dos Estados europeus e ocidentais, mas todos assumem a fé religiosa como um traço identitário das suas comunidades e as igrejas como instituições fundamentais das sociedades liberais modernas.

E, no entanto, o Cardeal Ratzinger tem razão quando não considera adquirida a sobrevivência da Europa, da sua identidade e dos seus valores, mesmo depois da divina surpresa do fim do regime comunista russo, que marcou não só o fim da Guerra Fria, como o fracasso definitivo dos totalitarismos do século XX.

No seu ensaio, o Cardeal Ratzinger recupera duas profecias que marcaram o debate intelectual sobre o futuro da Europa durante o século passado. Em 1917, Oswald Spengler completou o primeiro volume da sua obra sobre o fim do Ocidente⁵, onde desenvolveu uma teoria dos ciclos históricos em que as “culturas” se transformam em “civilizações”⁶ quando entram na fase final do seu declínio inexorável, no termo de um período de cerca de mil anos. Na Europa contemporânea, cujas origens remontam à ascensão do cristianismo ocidental, essa transição ocorre no século XIX, e a Grande Guerra de 1914-1918, a primeira guerra total, era, por certo, o momento adequado para anunciar o advento da decadência civilizacional que anuncia o fim do Ocidente. Arnold Toynbee começou a publicar a sua história das civilizações antes da II Guerra Mundial e a obra só ficou completa mais de vinte anos depois⁷. O historiador inglês desenvolveu a sua própria teoria dos ciclos, mas não só recusou o calendário rígido e a simplificação determinista de Spengler, como partiu de uma definição oposta de civilização⁸: “I believe human development is a process in which human individuals are moulded less and less by their environment and adapt their environment more and more to their will. And one can discern a point at which, rather suddenly, the human will take the place of the mechanical laws of the environment as the governing factor in the relationship” – esse momento marca o início e a lógica da civilização e essa capacidade dos



homens, ou das “minorias criativas”, para controlar o seu destino contra as “leis mecânicas” da filosofia alemã tornou possível justificar uma contra-profecia sobre o futuro do Ocidente, mesmo depois da II Guerra Mundial. Sem recusar os sinais que antecipavam uma crise terminal, ou mesmo uma guerra nuclear, Arnold Toynbee insistiu na singularidade da civilização ocidental, no sentido em que esta se pôde expandir, desde os descobrimentos portugueses, para, pela primeira vez, unificar o mundo e moldar todas as outras civilizações. O seu veredicto final era claro: das vinte e oito civilizações identificadas na sua história, dezoito estão mortas e nove das dez restantes – todas, excepto a ocidental – mostram estar já feridas de morte⁹.

Para o Cardeal Ratzinger, o debate entre Spengler e Toynbee continua em aberto. Como não podemos ver o futuro, não podemos saber qual das duas profecias vai prevalecer. De certa maneira, pode admitir-se que ambas se estão a realizar, sem prejuízo de uma decisão final. A rigidez cronológica de Spengler, bem entendido, não aceita senão a inevitabilidade do declínio ocidental, mas o veredicto de Toynbee

A separação entre a Igreja e o Estado faz parte da definição da identidade ocidental. O Cardeal Ratzinger evoca a carta do Papa Gelásio I ao Imperador Anastásio para situar o momento fundador dessa tradição



parece excessivamente otimista. O Cardeal Ratzinger refuta-o nos seguintes termos: “Quem repetiria hoje essas palavras? O que é a nossa cultura, ou o que resta dela? Será a cultura europeia a civilização da técnica e do comércio vitoriosamente difundida por todo o mundo? Há aqui uma sincronia paradoxal: com a vitória do mundo técnico-secular europeu, com a universalização do seu modelo de vida e da sua maneira de pensar, fica a impressão, em todo o mundo, mas em especial nos mundos estritamente não-europeus da Ásia e da África, que o mundo dos valores da Europa, a sua cultura e a sua fé, aquilo em que assenta a sua identidade, está próximo do fim e já saiu de cena.”

O problema político principal do nosso tempo, que pode justificar o pessimismo premonitório do Cardeal Ratzinger sobre o devir da Europa, é a soberba dos vencedores da Guerra Fria, que impediu os dirigentes ocidentais de reconhecer como um imperativo a necessidade de construir uma ordem internacional das democracias no momento da sua vitória. A cegueira dos responsáveis, revelada na escalada de crises que está a pôr em causa a preponderância estratégica

das democracias ocidentais, evoca a *hubris* dos Atenenses, que, segundo Tucídides, determinou a sua derrota final na Guerra do Peloponeso²⁰.

Porém, o pessimismo profundo de Joseph Ratzinger, um grande intelectual europeu, só pode ser, na mensagem do Cardeal Ratzinger, um pessimismo da esperança. Sem saber se a Europa tem um futuro, parece obrigado a concordar com Toynbee para admitir que o destino das civilizações depende das “minorias criativas” e, nesse quadro, entende que os cristãos se devem assumir nessa qualidade para fazer com que a Europa se possa reconciliar com a melhor parte da sua herança. ●

¹ Cardeal Joseph Ratzinger. *Lectio Magistralis sulle Radici Spirituale dell'Europa*. Biblioteca del Senato, Sala Capitolare del Chiostro della Minerva, Roma, 13 de Maio de 2004.

² O texto do Cardeal Ratzinger não usa o conceito de “religião política” ou “religião secular”, o qual, de resto, não é consensual na teoria do totalitarismo. Na sua primeira forma, Eric Vogelin desenvolveu o conceito de “religião política”, em 1938, para classificar o movimento nacional-socialista alemão e, mais tarde, aplicou o mesmo conceito ao comunismo para o classificar como uma “heresia imanentista”. Em 1944, Raymond Aron definiu “religiões seculares” como “as doutrinas que tomam o lugar da fé desatrapada nas almas dos nossos contemporâneos e situam aqui em baixo, num futuro distante, a salvação da humanidade, sob a forma de uma nova ordem social”, e quis incluir, explicitamente, nessa fórmula, o nazismo, o comunismo e o fascismo. Hannah Arendt, pela sua parte, separou o conceito histórico do conceito sociológico de “religião política” e, se admitia o primeiro, rejeitou o segundo como uma identificação excessiva entre ideologia e religião, implícita na crítica marxista radical de todas religiões. Ver Eric Vogelin (1938). *Political Religions in Manfred Henningsen*, editor (1999). *Modernity without Restraint. The Collected Works of Eric Vogelin V*. Columbia: University of Missouri Press. Raymond Aron (1944, 1985). “L’Avenir des Religions Séculières” in *Raymond Aron (1905-1983). Histoire et Politique. Commentaire 8* (28-29) : 369-383. Hannah Arendt (1953). *Religion and Politics* in Jerome Kohn, editor (1994). *Hannah Arendt. Essays in Understanding (1930-1954)* : 368-390. Nova York : Harcourt, Brace&Co.

³ Todas as citações do Cardeal Joseph Ratzinger referem-se à sua Conferência Magistral na Biblioteca do Senado romano, em 13 de Maio de 2004.

⁴ Martin Wight. *Western Values in International Relations* in Herbert Butterfield, Martin Wight, editores (1966). *Diplomatic Investigations. Essays in the Theory of International Politics*: 89. Londres : George Allen&Unwin.

⁵ O segundo volume foi publicado em 1922. Oswald Spengler (1988). *The Decline of the West*. Nova York : Alfred Knopf.

⁶ Oswald Spengler reproduziu, na teoria dos ciclos históricos, a oposição entre Cultura (*Kultur*) e Civilização (*Civilisation*) – cultura e civilização são, respectivamente, “o corpo vivo de uma alma e a sua múmia”. Na sua concepção, “A Civilização é o destino inevitável da Cultura”: as civilizações são “uma conclusão |... | a morte que se segue à vida |... | a rigidez depois da expansão |... | a cidade-mundo petrificada que se segue à terramãe”. Oswald Spengler (1918, 1988). *The Decline of the West. Form and Actuality*. 1 : 31, 353. Nova York : Alfred Knopf.

⁷ Os seis primeiros volumes foram publicados em 1934 e em 1939, os três seguintes em 1954, e o último em 1961. Arnold Toynbee (1934-1961). *A Study of History I-XII*. Oxford : Oxford University Press.

⁸ Esta primeira definição de civilização consta das notas preparadas para uma série de seis conferências na Universidade de Londres, entre 1919 e 1920, e é citada por William McNeill (1989). *Arnold Toynbee. A Life*: 96. Oxford : Oxford University Press.

⁹ Arnold Toynbee desenvolveu essa previsão no final da sua história das civilizações. Arnold Toynbee (1954, 1979). *A Study of History. Contacts between Civilizations in Time. Freedom and Law in History. The Prospects of the Western Civilization IX* : 406-418. Oxford : Oxford University Press.

¹⁰ Francis Cornford (1907, 1971). *Thucydides Mythistoricus*. Philadelphia : University of Pennsylvania Press.